

UMA BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Sibele Resende Prudente

RESUMO

O trabalho propõe o acompanhamento da evolução do pensamento que o homem tinha sobre o meio ambiente, passando pelo reducionismo da simples degradação ambiental, do desenvolvimento a qualquer preço, do conceito formal de desenvolvimento sustentável até se chegar à Educação Ambiental no Brasil, analisando a parte histórica desse campo de conhecimento e suas influências internas e externas, em especial das ONGs, movimentos sociais e encontros ambientais nacionais, internacionais e da grande importância da Constituição Federal na institucionalização da Educação Ambiental no Brasil; evidencia ainda a relevância da academia no crescimento e amadurecimento desse campo de saber; traz reflexão sobre Educação Ambiental com ênfase nos conceitos de meio ambiente, qualidade de vida, educação, relação homem e meio ambiente e desenvolvimento sustentável; diferencia atitude de comportamento; prioriza a análise sobre a possibilidade de se ter vários tipos de Educações Ambientais, meio ambiente e qualidade de vida de acordo com a abordagem de cada autor e com o aspecto sociológico de cada sujeito envolvido; alerta que o referido tema aborda questões sociais, biológicas e éticas; evidencia a importância da Educação Ambiental para as crianças e sua respectiva influência na vida dos adultos a sua volta; tem o intuito de esclarecer que professores também passam pelo processo de aprendizagem da Educação Ambiental, assim como os alunos. O trabalho busca contribuir com o entendimento da Educação Ambiental no Brasil, agregando informações para futuros estudos no mesmo campo de conhecimento e quem sabe contribuir com políticas públicas na área em busca de novas alternativas de desenvolvimento.

Palavras-chaves: Educação Ambiental - Meio Ambiente - Educação - Qualidade de Vida - Desenvolvimento Sustentável.

A Educação Ambiental (E.A.) é um campo de conhecimento formal e não formal que visa informar sobre as principais questões ambientais. Ela nasceu juntamente com a recente preocupação da sociedade em relação o meio ambiente, levando em consideração as constatações alarmantes sobre inviabilidade de vida no planeta Terra.

Alguns entendem que a E.A. se refere ao estudo da natureza por si só; outros ponderam que para se fazer Educação Ambiental é necessário estudar o homem envolvido com a natureza; e temos ainda o conceito que se fundamenta no estudo da relação do homem com seu semelhante. Percebe-se, então, que existem várias Educações Ambientais cada uma com características próprias, diferentes contribuições, mas também fragilidades. É válido ressaltar que uma mesma visão pode englobar correntes diferentes, já que uma não exclui necessariamente a outra, pelo contrário, algumas delas podem co-existir. Diante de tantos problemas, como aquecimento global, chuva ácida, efeito estufa, lixo, uso inadequado de vários recursos naturais, entre outros, tornam-se necessárias algumas reflexões.

A sociedade mundial passou por várias transformações que trouxeram evoluções e problemas. A concepção que o homem tinha sobre o meio ambiente foi mudando, porque não era mais possível fechar os olhos para a interferência do ser humano na natureza e seus efeitos sociais, éticos, culturais e biológicos. Com isso, no início dos anos 70 cresce uma demanda mundial e social em busca de mais conhecimento que venha a contribuir para que se entenda melhor a relação homem e meio ambiente, entendida naquela época para alguns, como Ambientalismo, e para outros como Ecologia.

O ambientalismo brasileiro não tinha cunho social e cultural. A preocupação ficava restrita à degradação ambiental, mostrando o pensamento reducionista da época. Foi a partir de meados da década de 70 que o ambientalismo começou a se firmar através dos movimentos ecológicos. Inicialmente esses movimentos tinham pouca repercussão, mas foram aos poucos ganhando seu espaço por influência de acontecimentos internos e externos.

Internamente o ambientalismo brasileiro teve ajuda, principalmente, das Ciências Sociais; das passeatas ambientais articuladas quase sempre pela comunidade acadêmica que ganhou visibilidade nacional, principalmente, na postura contra a poluição de Cubatão, e a preocupação com a energia nuclear de Angra dos Reis.

Internacionalmente o Brasil foi influenciado pelo Clube de Roma; pelo Painel Técnico em Desenvolvimento e Meio Ambiente que questionou a posição do Clube de Roma; pela Conferência de Estocolmo (1972); Conferência de Tbilisi (1977), entre outros fatores.

Vale ressaltar, que apesar da evolução, os esforços ainda eram isolados e as questões ambientais no Brasil eram tratadas de forma bastante embrionária. O principal obstáculo era quebrar a regra do desenvolvimento a qualquer custo, o que custou muito caro para o país. Na década de 80 as Organizações Não Governamentais (ONGs) foram ganhando espaço e desenvolvendo projetos na área ambiental, tentando deixar o reducionismo da década de 70 para trás, mas persistia a dificuldade de atingir a população em massa.

Apesar de em 1713, na Alemanha, já se ter falado sobre sustentabilidade, foi somente em 1987 no Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU que surgiu o termo desenvolvimento sustentável, que leva a reflexão de garantir as necessidades essenciais das gerações atuais sem comprometer as gerações futuras. Esse conceito formal de sustentabilidade é bastante criticado por ser antropológico e também por não ser um conceito pragmático. Apesar disso, é inegável sua importância, pois levou a humanidade a refletir sobre sustentabilidade, e a partir dessa visão, mesmo que incompleta e até contraditória, foi possível alçar novos vãos de desenvolvimento. O reflexo imediato disso no Brasil apareceu na promulgação da Constituição Cidadã de 1988 que contribuiu efetivamente com a Política Ambiental no país, alcançando uma maior parcela da população através de preocupações sócio-ambientais e auxiliando com o nascimento da Educação Ambiental no Brasil; art. 225, VI da Constituição Federal e posteriormente com a Lei n. 9795, de 27/04/1999.

Nesta época o Brasil passa por um período de crescimento e amadurecimento ambiental com participação fundamental das ONGs e movimentos sociais. Alguns desses movimentos não lidavam originariamente e diretamente com questões ambientais, mas foram gentilmente pressionados a incorporar essa recente preocupação em suas diretrizes e passando a pensar, refletir, analisar e almejar Educação Ambiental. Já nos anos 90 fala-se de uma E.A. mais crítica, política, reflexiva, interdisciplinar e profissional, que culminou num entrosamento social imenso com a Agenda 21 da

Rio/92 (Cúpula da Terra) onde 170 países assinaram os 27 princípios para o desenvolvimento sustentável.

Hoje o desafio não é mais, tão somente, desenvolvimento sustentável, mas a criação de uma alternativa de desenvolvimento. A produção tem que ser diferente, é necessário produzir nos limites de cada ecossistema estabelecendo uma nova relação com a natureza e com a prática do consumismo.

É claro que de acordo com retrato da época os obstáculos continuam e a Educação Ambiental Política é vista, quase sempre, no aspecto apenas de medidas políticas, sendo pouco pensada a questão ética nesse campo de conhecimento. Nos anos 90 a E.A. ainda está vinculada às Ciências Sociais, mas em 1997 começam alguns Programas de Pós Graduação na área, o que trouxe muita visibilidade através das pesquisas realizadas e esperança de maior profissionalização. A Educação Ambiental no Brasil se fortaleceu bastante em 2001 com Encontros de Pesquisa em E.A. iniciados no estado de São Paulo, mas que atingiram interessados em vários outros estados que buscavam uma Educação Ambiental política e acadêmica. Em 2004 surgiu oficialmente o primeiro Grupo de Estudo na área que trouxe boa produção de trabalhos científicos (JACOBI; TRISTÃO, 2010).

Com toda essa trajetória, percebe-se que a Educação Ambiental foi sendo construída no decorrer de um longo caminho. Como já visto anteriormente ela sofreu interferências da academia, mas foram os movimentos sociais, que gradativamente se tornaram movimentos ecológicos ou ambientais, que realmente deram voz à Educação Ambiental. Esse caminho ainda é percorrido a cada dia, porque todo campo de conhecimento está sempre em construção. Hoje a Educação Ambiental no Brasil é uma política pública legalizada, mas o desafio é torná-la real, prática, transversal e verdadeiramente eficaz.

O cuidado com o meio ambiente pode se tornar um hábito naturalmente cultivado pelas famílias, através de atitudes ambientais e não meramente de comportamentos. Atitude ambiental é a capacidade interna que o sujeito tem de identificar problemas ambientais, compreendê-los e mobilizar-se para resolvê-los através de postura crítica e tomada de decisões que fazem parte da personalidade daquele sujeito. Já o comportamento é uma característica que o sujeito tem diante de

uma supervisão, não é algo natural daquele sujeito, não faz parte da sua personalidade (CARVALHO, 2008).

Fazer Educação Ambiental não é uma tarefa fácil, mas é possível e necessária para a sobrevivência do homem na Terra. A E.A. visa esclarecer, informar e sensibilizar a população sobre problemas ambientais meramente domésticos, até mudanças de atitude e interferências em políticas públicas na área. Essa caminhada é longa e produz resultados práticos a longo prazo, mas não há que se desanimar porque os primeiros passos já foram dados, e a qualidade de vida do homem depende de como ele se comportará daqui para frente em relação ao meio ambiente que lhe proporciona vida.

A humanidade passa por um momento crítico: ou mudamos de atitude perante o meio ambiente, ou corremos sérios riscos de destruição da espécie humana e de outras espécies também. Por isso, é preciso comover, sensibilizar, angustiar a população com as questões ambientais. A tranquilidade tem um cunho de passividade, de inércia; já a angústia faz as pessoas se movimentarem, procurarem novas alternativas a partir daquela crise ou indignação.

A legislação ambiental é adequada e hoje já existem órgãos atuantes como o Ministério Público, IBAMA, AMA, dentre outros. Contudo, a inquietação persiste, uma vez que é preciso pensar sobre o problema ambiental também de forma preventiva e com participação efetiva da sociedade, fazendo com que o cidadão comum reflita sobre o que ele pode contribuir desde a esfera meramente doméstica, até sobre sua participação em políticas públicas. Através da Educação Ambiental, principalmente voltada para as crianças, pode-se alcançar o comprometimento social de cada cidadão com as questões ambientais.

Acredita-se que a criança bem orientada leva informação para dentro de casa, conscientizando a si mesma e dando exemplo a seus familiares e por vezes, como exigentes que são, passam a cobrar dos mesmos responsabilidade social com o meio ambiente. Provavelmente, no início, os adultos ficarão orgulhosos dessa cobrança. Talvez, depois começarão de forma comportamental a se integrar com as ideias somente para não decepcionar suas crianças. Quem sabe posteriormente, quando menos se esperar, já estarão envolvidos com atitudes e com a perspectiva de serem colaboradores efetivos nas resoluções das problemáticas ambientais.

Ao falar de Educação Ambiental é inevitável que essa reflexão passe por dois temas: meio ambiente e educação. Além disso, como já mencionado anteriormente, vários autores concordam que existem interpretações diversas sobre o que vem a ser Educação Ambiental, e as formas diferentes de se fazer e praticar efetivamente esse campo de saber. Diante disso, para melhor contextualizar Educação Ambiental é necessário entender o que é meio ambiente e o que é educação.

Conceituar meio ambiente é tarefa árdua, uma vez que existem diversidades de conceitos, iniciando com o entendimento da própria morada do homem, o que inevitavelmente contribui com a E.A. porque o que o ser humano tem amor ele cuida, e naturalmente o homem tem amor pela sua morada, sua casa. Mas, é necessário entender o meio ambiente de forma plural, porque nenhum animal ou nenhuma planta basta por si (KLOETZEL, 1998). Alguns conceitos cientificamente importantes integram o valor essencial da ética e da interferência do homem no meio ambiente.

É necessário ainda abordar a educação e o processo de aprendizagem. A verdadeira educação tem o sentido grego de busca pelo saber no homem livre e que ele tenha plena participação na vida da *polis*. A educação é feita para se quebrar paradigmas, é necessário liberdade; ela não tem e não pode ficar presa na escola, porque senão ela é feita para os senhores e não para a comunidade como um todo (BRANDÃO, 1988).

É importante ressaltar também que da mesma forma que existem vários conceitos de meio ambiente existem opiniões diferentes do que vem a ser qualidade de vida, já que os mesmos dependem do referencial de cada um. Contudo, o meio ambiente na visão mais arrojada pode e deve ser abordado com aspectos naturais, sociais e éticos que transformam a natureza e a sociedade. Pensar em E.A. nessa perspectiva precisa ser de forma transversal, envolvendo vários campos de saberes sem nenhum tipo de barreira e empregando metodologias diversas como, por exemplo, a história de vida. É necessário ainda questionar o termo conscientização ambiental relacionado ao projeto pedagógico de Paulo Freire; uma vez que uma pessoa não conscientiza outra com mera transmissão de conhecimento, a própria pessoa se conscientiza e com seu exemplo pode influenciar atitudes e comportamentos alheios (REIGOTA, 2009).

Pensando no contexto específico da educação é importante reafirmar que a escola deve ser um espaço democrático onde as diferenças servem apenas para estimular

reflexões; as diferenças não são negativas, ao contrário, normalmente geram descobertas e enriquecem o processo de aprendizagem. A Educação Ambiental faz parte do currículo oculto, está relacionada à tolerância dessas diferenças, é necessário respeitar o outro porque ele é parte integrante do meio ambiente. Segundo a Teoria Crítica da educação o papel do professor nesse espaço democrático é fundamental porque ele é o estimulador do aluno, o orientador em caminhos ainda desconhecidos (SAVIANI, 2001). Contudo, para ensinar é preciso saber e saber ensinar. O que é preciso ser lembrado é que a E.A. não começa pelas crianças porque elas são formadas por adultos, percebe-se então, que professores e alunos passam pelo processo de aprendizagem em Educação Ambiental.

Nesse sentido é importante salientar o movimento da ecopedagogia. À *Sombra dessa mangueira* de Paulo Freire eleva o valor do ar puro, a água limpa, a rua para brincar e a grama no pé; coisas aparentemente simples, mas ao mesmo tempo tão importantes e cada vez mais raras. Existem vários projetos de Ecopedagogia, como *uma fruta no quintal* da Prefeitura Municipal de Diadema, que fazem a diferença e provam que é possível fazer algum ou vários tipos de Educação Ambiental nesse país (GADOTTI, 2000).

Para percorrer esse caminho, é imprescindível que existam políticas públicas na área, demonstrando para a população a importância da preservação ambiental, para que o cidadão entenda que faz parte dessa cadeia ambiental e que tem o poder de provocar mudança de hábitos que possam atingir diretamente o meio ambiente. Entende-se que a política pública mais eficiente obrigatoriamente passa por educação.

Esse trabalho não tem o objetivo de exaurir o assunto, pelo contrário, o intuito é despertar no leitor o desejo de refletir sobre a Educação Ambiental, e em especial, contribuir com o avanço desse campo do conhecimento e, conseqüentemente, com desenvolvimento sustentável e possibilidades de maior qualidade de vida das atuais e futuras gerações.

REFERÊNCIAS

BARROS, Aidil de Jesus Paes e LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. *Projeto de Pesquisa: Propostas Metodológicas*. 2^a ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

BITTAR, Eduardo C.B.: *Metodologia da Pesquisa Jurídica*. 7^a ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues: *O que é educação*. 21^a ed., São Paulo: Brasiliense, 1998.

BRASIL. Constituição Federal de 1998.

BRASIL. Lei n. 9795, de 27/04/1999, institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura: *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 3^a ed., São Paulo: Cortez, 2008.

DRUMMOND, José Augusto. A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1998: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. In: *Ambiente e Sociedade*. Ano II, n. 3 e 4, 2º semestre de 1998 e 1º semestre de 1999.

GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da terra*. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3^a ed., São Paulo: Atlas, 1991.

KLOETZEL, Kurt. *O que é meio Ambiente*. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Coleção Primeiros Passos).

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; GRUN, Mauro; TRAJBER, Rachel (Org.). *Pensar o Ambiente: bases filosóficas para a Educação Ambiental*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

MESSAROBA, Orides e MONTEIRO, Cláudia Servilha. *Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito*. 5^a ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

NUNES, Rizzatto. *Manual da Monografia Jurídica*. 4^a ed., São Paulo: Saraiva, 2002.

REIGOTA, Marcos. *O que é educação ambiental*. 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 2009.

SANTOS, Nivaldo dos. *Monografia Jurídica*. Goiânia: A B, 2002.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 34ª ed., Revista. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

TRISTÃO, Martha; JACOBI, Pedro Roberto (Org.). *Educação ambiental e os movimentos de um campo de pesquisa*. São Paulo: Annablume, 2010.